

DOCUMENTAÇÃO CIVIL E ACESSO A DIREITOS: INTERVENÇÃO SOCIOEDUCATIVA COM GESTANTES ACOMPANHADAS PELO CRAS DE ANTÔNIO DIOGO

Aicha Seide¹
Érica Da Missanga Marta Sodasse²
Ingrid Lorena Da Silva Leite³

RESUMO

A Política Nacional de Assistência Social, instituída em 2004, e o Sistema Único de Assistência Social constituem importantes marcos na garantia dos direitos da população brasileira. Nesse sistema, o Centro de Referência de Assistência Social desempenha papel fundamental na prevenção de riscos e no acompanhamento de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A ausência ou a irregularidade da documentação civil pode dificultar o acesso a benefícios socioassistenciais, serviços públicos e outros direitos, agravando as situações de desproteção social. Para as gestantes, essas dificuldades podem produzir consequências durante a gestação e após o nascimento da criança. Promover a reflexão sobre a importância da documentação civil para o acesso a direitos, identificando gestantes com ausência ou irregularidade documental acompanhadas pelo CRAS de Antônio Diogo, a fim de orientá-las e encaminhá-las aos órgãos responsáveis pela emissão ou regularização dos documentos. Trata-se de uma intervenção socioeducativa, de abordagem qualitativa, desenvolvida com gestantes e famílias acompanhadas pelo CRAS de Antônio Diogo. A atividade compreendeu diagnóstico situacional, busca ativa e levantamento de informações nos prontuários, com atenção às demandas relacionadas à documentação civil. Após a identificação das situações, foram realizadas orientações e encaminhamentos para emissão ou regularização de documentos, como certidão de nascimento e documento de identidade. Também foram utilizados panfletos informativos e uma apresentação teatral sobre a temática, buscando tornar as informações acessíveis e estimular a interação das participantes. O diagnóstico permitiu identificar situações de ausência ou irregularidade documental entre as gestantes acompanhadas, evidenciando que esses problemas dificultam o acesso aos benefícios socioassistenciais e a outros direitos fundamentais. Os panfletos e a apresentação teatral favoreceram a comunicação com o público, especialmente com pessoas que apresentavam dificuldades de leitura ou de compreensão das informações. As atividades estimularam a participação das gestantes e possibilitaram a apresentação e a discussão coletiva de dúvidas e dificuldades relacionadas à obtenção e à regularização dos documentos. A intervenção demonstrou que a documentação civil é indispensável para o exercício da cidadania e para o acesso às políticas públicas. O diagnóstico, a busca ativa, as orientações e os encaminhamentos realizados pelo CRAS contribuem para prevenir o agravamento das situações de vulnerabilidade. Conclui-se que o acompanhamento dessas demandas deve ser fortalecido, especialmente entre gestantes, assegurando-lhes o reconhecimento da identidade, a autonomia e o acesso aos direitos durante a gestação e no período posterior ao nascimento da criança. O trabalho contribui ao enfrentar as barreiras documentais que dificultam o acesso de gestantes em situação de vulnerabilidade aos serviços públicos e aos direitos sociais. A utilização de estratégias acessíveis de comunicação favorece a inclusão de participantes com diferentes níveis de escolaridade e compreensão. Ao promover orientação, autonomia, reconhecimento da identidade e acesso à cidadania, a intervenção colabora para a redução das desigualdades e para a transformação das condições sociais das mulheres e de suas famílias.

Palavras-chave: DOCUMENTAÇÃO CIVIL; DIREITOS SOCIAIS; GESTANTES; PROTEÇÃO SOCIAL.

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, PALMARES, Discente, seideaicha2@gmail.com¹

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, PALMARES, Discente, damissangaerica@gmail.com²

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, PALMARES, Docente, ingridlorena@unilab.edu.br³